



LUTA e MEMÓRIA

Introdução ao *Memorando Powell*

Rejane Carolina Hoeveler*

Numa tarde de agosto de 1971, dois vizinhos do bairro de Windsor Farms, em Richmond, Virgínia, encontraram-se para uma conversa nada amena. Um deles entregou ao outro um texto de oito páginas em colunas duplas, feito em sua máquina de escrever, e datado do dia 23 daquele mês. O autor desse documento era um advogado corporativo e diretor da gigante do tabaco Philip Morris, e dois meses depois do encontro seria indicado pelo presidente Richard Nixon a uma vaga na Suprema Corte americana, cargo que ocuparia até 1987. O vizinho era o dono de uma loja de departamentos, um democrata do Sul que fora deputado e senador, e ocupava então o cargo de diretor do comitê de educação da tradicional Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Intitulado “Ataque ao sistema americano de livre empresa” [*The attack on the America free-enterprise system*], o memorando elaborado por Lewis F. Powell Jr. (1907-1998) deveria circular entre os principais interessados em lutar contra o suposto ataque: os empresários reunidos na Câmara de Comércio e os pares de confiança do vizinho Eugene B. Sydnor Jr. (1917-2006).

Inédito em português, o documento que *Marx e o Marxismo* traz nessa edição é conhecido no Brasil ba-

sicamente por especialistas em história da direita ou por estudiosos do neoliberalismo e do neoconservadorismo. Nos Estados Unidos, trata-se de um texto que já atingiu público um pouco mais amplo, mas isso graças apenas ao jornalismo independente, à militância de intelectuais críticos e à atuação de algumas ONGs de direitos ambientais, civis e do consumidor. O primeiro a revelar o documento foi o jornalista Jack Anderson, que o publicou para questionar a objetividade legal do então juiz da Suprema Corte, notando que não se conhecia o documento quando de sua sabatina no Senado.

Podemos distinguir em pelo menos dois momentos a repercussão do documento escrito por Powell no debate público. O primeiro deles foi em 1993, quando a ONG Alliance for Justice publica seu denso relatório *Justice for Sale*, que tratava da influência das corporações no sistema de justiça. Segundo a Alliance for Justice, o documento fora encomendado pela Câmara de Comércio, que buscava recomendações de alguém com experiência na área judicial (Alliance for Justice, 1993). Em 1996, outro relatório, dessa vez do National Committee for Responsive Philanthropy – um respeitado observatório de organizações

* Doutoranda em História na UFF e bolsista CNPq.

privadas sem fins lucrativos nos Estados Unidos –, também descrevia o memorando Powell como um dos marcos na criação de fundações conservadoras que remoldariam as políticas públicas nas décadas seguintes (Covington, 1996).

O outro marco importante no resgate desse documento, no debate público, ocorreu entre 2010 e 2012, quando uma decisão da Suprema Corte ampliou ainda mais o poder das grandes empresas nas eleições americanas, no controverso caso *Citizens United vs. Federal Electoral Commission* (FEC). A decisão favorável à *Citizens United*, um *think-tank* conservador, proibiu o governo de restringir o investimento em campanhas eleitorais tanto por parte de organizações não-lucrativas¹ quanto das lucrativas – isto é, as próprias empresas ou grupos econômicos. Essa decisão foi considerada pelos analistas críticos mais um passo largo na captura da democracia pelo poder econômico, e o memorando Powell veio à tona no contexto do debate suscitado pelo caso judicial.

Uma pesquisa na literatura acerca do memorando Powell revela abundantemente uma visão que procura nele uma espécie de plano magistral totalmente concretizado, que resultou na vitória do neoliberalismo – como se uma única ação tivesse tal poder, e como se pudéssemos explicar vitórias e derrotas na correlação das forças sociais e políticas a partir de um único

movimento. Em suma, trata-se de uma interpretação que se pretende crítica, mas que se revela pouco cuidadosa e idealista, no sentido de considerar a história como um algum tipo de produto de uma ideia ou projeto de um indivíduo ou grupo de indivíduos. A difusão desse tipo de leitura, que beira o conspiracionismo, não pode atrapalhar uma apreciação mais apurada de uma fonte valiosa como o memorando Powell, sobre o qual ainda se faz necessária uma pesquisa mais minuciosa. Neste breve comentário, procuraremos basicamente localizar o contexto histórico de produção desse documento, esclarecer as referências a pessoas e acontecimentos que são narrados no documento, apreender suas principais especificidades e tentar localizá-lo na longa história da organização de classe dos empresários nos Estados Unidos, história que tem na principal destinatária do documento em tela um ponto incontornável.

A Câmara Nacional de Comércio

Os vínculos de Lewis Powell Jr. com o poder corporativo não eram novos. Ainda em 1964, o já maduro advogado tornara-se diretor da Philip Morris, uma das maiores indústrias de cigarros do mundo, por seus meritórios trabalhos como advogado da empresa. Em sucessivos casos judiciais do final dos anos 1960, ele argumentou que as afirmações alegando que

¹ Como a própria *Citizens United*, que pretendia veicular um vídeo contra Hillary e Bill Clinton que feria as regras eleitorais então vigentes.

cigarros causavam câncer não eram provadas, e isso mesmo após o contundente relatório da Junta Médica americana ter, no início daquela década, demonstrado a ligação direta do uso do cigarro de nicotina com diversas doenças pulmonares (Clement, 2014). Formado pela Washington and Lee University, na Virgínia, Powell trabalhou para o setor de inteligência do Exército americano durante a Segunda Guerra Mundial. Foi criado como presbiteriano e escolheu como partido o Democrata, tal como seu amigo Eugene, um dos vários contatos de Powell na Câmara de Comércio.

Lançada com o apoio da primeira entidade de classe dos capitalistas nos EUA, a conhecida National Association of Manufacturers (NAM),² a National Chamber of Commerce (NCC), atualmente U.S. Chamber of Commerce (U.S.C.C.), ou simplesmente Câmara de Comércio, como chamaremos aqui, foi fundada em 1912. Ao contrário do que soa seu nome, sua criação foi uma iniciativa privada, e não estatal, embora a relação com o Estado fosse bastante íntima, como sugere a presença do presidente William Taft (1909-1913) em seu lançamento. Assim como a NAM, a

Câmara de Comércio promoveu, ao longo de sua história, diversos programas de inserção na opinião pública defendendo os valores do capitalismo, e teve influência decisiva tanto na produção, quanto no impedimento de diversas leis. Uma das principais campanhas que ela liderou junto com a NAM, nos anos 1930, foi a oposição frontal à legislação sindical proposta pelo senador democrata de Nova York, Robert Wagner, que daria maior poder de barganha aos sindicatos³.

Congregando um grande número de empresários de todos os portes, embora com preponderância dos grandes, a Câmara é um ponto de referência no que diz respeito à opinião empresarial – um ícone da chamada “comunidade dos negócios” no país e no mundo. Uma das fontes de sua força política era o fato de que conseguia se espriar nacionalmente não apenas nas grandes cidades, mas também em aglomerados urbanos menores e mesmo em áreas rurais, fato que é mencionado por Powell em seu texto.

O mais evidente efeito concreto foi a reestruturação interna da Câmara de Comércio. Powell propunha que a Câmara avançasse qualitativamente em seu papel político no país, e para

² A *National Association of Manufacturers* (NAM) foi fundada ainda em 1895, em Cincinnati, Ohio, em meio à recessão econômica nos EUA. Um de seus primeiros esforços foi chamar a criação de um Departamento de Comércio, até então inexistente, para facilitar as exportações. Mas seu primeiro programa dirigido para ganhar projeção pública foi nos anos 1930, e envolveu filmes, publicações, aparições no rádio, e uma coluna diária que saía em 260 jornais do país. Nos anos 1950, conseguiu seu primeiro programa de televisão, “Industry on Parade”, e nos anos 1970 criou um circuito fechado de televisão para atingir 8.000 executivos em 26 cidades ao mesmo tempo. No início dos anos 1980, lançou um programa de seis pontos chamado “Revitalizing Agenda”, que se tornou parte do programa econômico de Reagan em 1981.

³ Sobre a oposição da Câmara de Comércio e da NAM às propostas de Wagner e a diversas partes da legislação do *New Deal*, é incontornável o estudo clássico de Domhoff (1970).

isso seriam recomendáveis uma equipe *full-time* e um presidente convencido da tarefa e totalmente dedicado a ela. Desde o nascimento da Câmara, sua presidência era rotativa e o mandato nunca ultrapassou um ano. De fato, a Câmara modificaria sua hierarquia interna exatamente nas linhas propostas pelo documento. Em 1973, foi eleito seu último presidente de mandato anual, pois o seguinte, Richard Lesher, ficaria no cargo por vinte anos, tornando-se esta sua ocupação exclusiva. De fato, a gestão de Lesher (1975-1997) destacou-se por colocar a Câmara na televisão, com programas semanais e diários, e por liderar a criação do National Chamber Litigation Center, sobre o qual falaremos mais adiante⁴. A Câmara avançou, portanto, em duas das três áreas que Powell indicara como terrenos para ação: a mídia e a Justiça⁵.

O fato de Powell ter escolhido o público da Câmara de Comércio também se explica porque se tratava de dialogar com uma base social mais ampla dentro do empresariado: não se tratava de pregar para convertidos, e sim de ganhar corações e mentes dos gestores capitalistas, grandes, médios e mesmo dos pequenos, para uma ba-

talha na qual eles deveriam ser os protagonistas, sugerindo objetivos, métodos e teatros de operação.

Por essa época, já existiam alguns importantes centros e *think-tanks* que defendiam, em linhas gerais, propostas similares às que Powell abraçou, como o American Enterprise Institute, criado ainda em 1938, congregando conservadores como Charles Murray; ou o Intercollegiate Studies Institute, criado em 1953 para defender “governo limitado”, “liberdade individual”, “responsabilidade pessoal”, “império da lei”, “economia de livre mercado” e “valores tradicionais”, e que foi liderado pelo importante escritor conservador William Buckley Jr. Nos macarthistas anos 1950, o terreno americano foi bastante fértil para o florescimento do pensamento conservador e também do pensamento que viria a ser classificado como neoliberal. Estava presente neste pensamento a noção de que a mídia, as universidades, os governos e a opinião pública eram dominados pelo “*establishment liberal*” – e aqui é preciso entender que o sentido do termo “liberal” nos Estados Unidos remete à defesa de reformas sociais como o *New Deal*⁶. Nota-se também a fundação de revistas

⁴ Essas são as duas iniciativas destacadas pelo Wall Street Journal quando do afastamento de Lesher do cargo. “Richard Lesher to leave post at U.S. Chamber of Commerce.” *Wall Street Journal*, 25 de fevereiro de 1997. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB856820857999448000>>.

⁵ A Câmara já tinha uma experiência prévia nesse quesito. Em 1954, começou a patrocinar filmes, começando pela coprodução, junto com a DuPont, de um curta-metragem, em Technicolor, intitulado *It's everybody's business*, que chegou ao público já pela televisão.

⁶ No vocabulário político estadunidense, houve um deslocamento semântico importante dos termos *liberal* e *liberalismo* a partir do governo Franklin D. Roosevelt (1933-1945). Diferentemente do sentido atribuído a estes termos na Europa e aqui na América Latina, “liberal” nos Estados Unidos tem uma conotação social-democrata, com sabor de esquerda. Isso explica porque Powell, em diversos momentos do texto, chama de “ultra-liberais”, na verdade, aqueles que ele identifica como “ultra-esquerdistas”.

como a *Freeman* e a *National Review*, de Buckley Jr. e Frank S. Meyer, esta última um bastião que congregava diferentes matizes conservadoras (inclusive os autointitulados “libertarianos”)⁷.

Ainda em 1965, o jornalista conservador M. Staton Evans escreve *The liberal stablishment* – onde a paranoia sobre o suposto domínio das ideias de esquerda, tipicamente macarthista, foi fermentada pela sentida derrota do candidato Barry Goldwater, em 1964⁸. Também podemos encontrar, antes do memorando Powell, algumas iniciativas voltadas para a imprensa, como a *Accuracy in Media*, fundada em 1969, pelo anticomunista caricato Reed Irvine, para combater a “mídia liberal partidária”, e que contava com M. Staton Evans como quadro⁹.

Qual seria, então, a novidade do memorando Powell? Em primeiro lugar, a conjuntura que encontramos no início dos anos 1970. Se nos anos 1950 grande parte do que se escrevia sobre o alcance da esquerda era exagero ou retórica, agora de fato ele havia aumentado significativamente. A paranoia continuou existindo, mas agora mesmo os observadores mais sensatos estavam inclinados a ver um “ataque generalizado” ao sistema. Em segundo lugar, como veremos mais à frente, sua especificidade está ligada à

própria posição de Powell como experiente advogado corporativo e membro da Suprema Corte.

Mapeando os inimigos

Não eram apenas os anticomunistas histriônicos que viam no grande ascenso dos movimentos pelos direitos civis dos negros, do feminismo, do movimento gay nos anos 1960 uma ameaça ao sistema. De fato, o conjunto desses movimentos estremecia as bases racistas, machistas e moralistas do *establishment* americano. Segundo o teórico literário Fredric Jameson, os anos 1960 começam com a Revolução Cubana (1959), sob a influência da descolonização da África inglesa e francesa, e com os primeiros *sit-ins* organizados pelo movimento negro nos EUA. Começando, deste modo, um pouco antes de 1961, a década, segundo esta periodização, encerra-se com outra série de eventos que atingem seu ápice em 1973 (Jameson, 1992, pp.81-126).

Ainda que não tivessem necessariamente um caráter anticapitalista, grande parte desses movimentos enfrentava-se diretamente com as grandes empresas, a começar pelo movimento ambientalista, que tinha como alvo as maiores poluidoras. O forte

⁷ O chamado “fusionismo” procurava convergir, filosófica e politicamente, as ideias do mercado livre com os valores morais tradicionais num projeto bastante apoiado pelo capital industrial do meio-oeste e do Texas e representado na ala conservadora do Partido Republicano. Ver Poggi (2005, pp.177-179).

⁸ Segundo o ex-senador democrata Bill Bradley, diversos republicanos próximos a Goldwater, após a derrota deste nas eleições de 1964, aproximaram-se de Powell. A informação é de Schmitt (2005).

⁹ A entidade, bastante afeita à paranoia macarthista e a teorias da conspiração, ainda é atuante e fez alguns movimentos na campanha de Donald Trump. Ver <<http://www.aim.org/>>.

movimento contra a prolongada invasão no Vietnã também empunhava firmemente uma denúncia do complexo industrial-militar.

Mesmo o movimento de defesa dos direitos dos consumidores, do qual Ralph Nader (1934-) tornou-se o grande ícone, e que estava longe de ser anticapitalista, enfrentava-se diretamente com as corporações. É importante notar que estas, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, representavam o capital em sua forma mais concentrada e centralizada – tendo no setor de bens de consumo duráveis, com destaque para a indústria automobilística, seu carro-chefe.

Nader ficou conhecido nacionalmente quando escreveu e publicou o relatório *Unsafe at any speed: the design-in dangers of american automobile* (1965), em que demonstrava que a maior parte dos acidentes fatais no país era causado por falta de equipamentos básicos de segurança, como cintos de segurança – omissão que era feita deliberadamente, em nome da economia nos custos de produção. A imensa repercussão do relatório pressionou para a aprovação do *National Traffic and Motor Vehicle Safety Act* (1966), legislação que incentivou a criação de regulações similares em todo o mundo. Aqui está o primeiro dos inimigos que Powell mapeia em seu memorando.

A General Motors, um dos principais focos do relatório, jogou sujo

para desacreditar Nader, incluindo grampos telefônicos, disseminação de boatos na imprensa, e até um episódio bizarro em que contrataram prostitutas para tentar pegá-lo em situação constrangedora. James Roche (1906-2004), presidente da empresa entre 1967 e 1971, seria obrigado a pedir desculpas formais a Nader, e em 1968, no contexto das revoltas urbanas de Detroit e da campanha contra o *apartheid* na África do Sul, procuraria se apresentar como um dirigente corporativo comprometido com políticas “responsáveis” com relação à igualdade de direitos raciais e de gênero e políticas contra o *apartheid*¹⁰.

Central aqui é o fato de que essa onda mobilizatória acumulou força o suficiente para pressionar o Estado a fazer diversas concessões. O sociólogo David Vogel enxerga nos anos entre 1969 e 1972 uma onda de revezes políticos para o poder empresarial/corporativo, em particular ligados a regulações estatais, como regras ambientais e de proteção ao consumidor mais rígidas (Vogel, 1989). O aumento da pressão popular na década de 1960 arrancou a aprovação, por exemplo, do Freedom of Information Act (1966), do Consumer Product Safety Act (1969) e do Clean Water Act (1972).

Em janeiro de 1970, pressionado pelo movimento ambientalista, Nixon sanciona o National Environmental Policy Act e nomeia um conselho na Casa Branca para tratar da questão

¹⁰ “Former General Motors chairman James Roche dies”. *USA Today*, 06 de julho de 2004 (disponível em <http://usatoday30.usatoday.com/money/autos/2004-06-07-gm-roche_x.htm>).

ambiental. Meses depois, milhões comparecem ao Dia da Terra (*Earth Day*) e o governo cria a Agência de Proteção Ambiental (na sigla em inglês, EPA), que logo anuncia novos padrões sobre a poluição do ar. O Congresso aprova emendas na Lei Hartke-Burke, conhecida como “Lei do ar puro”, juntamente com novas regulações acerca de produtos químicos, como tintas à base de chumbo e pesticidas.

Em resposta, a NAM e a Câmara de Comércio montam uma larga operação envolvendo ações como o “ataque postal” ao Congresso, com 14.000 fábricas enviando milhares de cartas a congressistas contra sua aprovação (Muller & Barnet, 1974, pp. 50-51). Esse tipo de ação visava, obviamente, pressionar o Congresso, mas também, e isso não era secundário, construir um consenso entre os trabalhadores acerca da legislação regulatória, a qual, segundo o discurso das empresas, ameaçava seus empregos.

Não bastasse tudo isso, em junho de 1971, dois meses antes da redação do memorando, uma revelação chocante vinha da imprensa, vista por Powell como dominada pela esquerda. “A História do processo de decisão dos EUA sobre o Vietnã”, mais conhecida como *Pentagon Papers*, estampava a capa do *New York Times* e, em sequência, de todos os grandes jornais do mundo. Colocando em xeque a política externa americana desde os tempos de Eisenhower, os *Pentagon Papers* jogaram ainda mais combustível nas manifestações contra a guerra,

que desde 1967 colocavam milhares nas ruas em Washington e impulsionavam a deserção em massa. Àquela altura, mesmo grandes empresários começavam a se opor à continuação da ofensiva belicosa, nem que fosse apenas pela instabilidade interna que ela causava (Purdy, 2011, p. 250).

O sentimento de ameaça disseminava-se na classe capitalista. Em 1971, mesmo ano do documento de Powell, um grupo de administradores de alto nível, incluindo os presidentes de 38 importantes empresas globais, reunidos na Jamaica sob os auspícios da *Business International*, ouviram Atherton Bean, antigo presidente do conselho da *International Multifoods*, fazer uma sombria predição:

As empresas multinacionais despertarão mais atenção a cada ano, à medida que crescerem em importância mundial. Os ataques se tornarão mais fortes. Se não justificarmos nossa existência ante aqueles que podem influenciar e, talvez, controlar nossos destinos, no mínimo nos arrancarão pedaços a bala, se é que não nos liquidarão inteiramente (Muller & Barnet, 1974, p. 112).

É importante acrescentar que a própria crise econômica, que já dera seus primeiros indícios no final dos anos 1960 e teve seu auge na década de 1970, com recessão e estagflação, levou os capitalistas a pressionarem mais fortemente por “reformas” que

viabilizassem a recuperação de sua lucratividade, ao mesmo tempo em que se acirravam os conflitos intercapi-talistas e também interimperialistas, principalmente entre os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e o Japão.

Não era casual que os nomes “americano” e “U.S.” estivessem desaparecendo das razões sociais de algumas prestigiosas firmas. A *American Metal Climax* tornou-se *Amax*; a *American Brake Shoe* tornou-se *Abex*; a *U.S. Rubber*, *Uniroyal*, entre muitos outros casos. “Porque içar a bandeira americana em escritórios em Paris ou Frankfurt quando os estudantes fazem demonstrações nas ruas contra a guerra no Vietnã? Ser ‘um bom cidadão empresarial em todos os países que operamos’”, dizia Donald Kendall, da Pepsi, constituiria uma estratégia muito mais sensata num momento em que diminuía visivelmente a capacidade do governo dos EUA de defender militarmente as crescentes operações externas de suas empresas (Muller & Barnet, 1974, p. 61).

As ocupações de universidades e escolas contra a guerra foram um dos principais métodos do movimento contra a guerra no Vietnã, e um pesadelo para as classes dominantes, tendo sido, por isso, atacadas com enorme violência em alguns lugares, como na universidade de Kent, onde, em 04 de maio de 1970, soldados da Guarda Nacional mataram quatro estudantes e feriram gravemente outros nove.

Powell via as universidades, em especial os cursos de ciências humanas, como celeiros de “esquerdistas” e

“liberais distraídos”, espaços que precisariam ser destruídos antes que destruíssem o “sistema de livre empresa” (como frequentemente é chamado o capitalismo por seus apologetas). E, por isso, o “contra-ataque” na “guerra de guerrilhas” que Powell recomendava envolveria projetos como a formação de quadros acadêmicos; a censura de manuais de economia, ciência política e sociologia; treinamentos específicos sobre política a serem dados nas Escolas de Negócios, e programas de ação voltados para o ensino secundário.

É interessante notar que a sugestão de que o antagonista da empresa global era movido por motivos ocultos faz parte do discurso empresarial do período. James Roche, durante a sua guerra com Nader, chegou a declarar à revista *Newsweek* que realmente havia “uma conspiração”, “por parte de certas pessoas”, para produzir “mudanças tão radicais que, praticamente, destruiriam a livre iniciativa como a conhecemos” (Muller & Barnet, 1974, p. 114). Também se percebe aqui outra “manobra” semântica bastante presente no discurso empresarial do período: classificar os interesses de trabalhadores, mulheres, negros, consumidores, etc. como “interesses especiais” e identificar os interesses empresariais com o “interesse público”, o “interesse geral” ou mesmo o “interesse nacional”.

Tratava-se de combater não apenas os militantes, mas os professores que eram respeitados como intelectuais, como Herbert Marcuse (1898-1979),

outro dos alvos centrais nesse “contra-ataque”, juntamente com o professor de direito de Yale Charles Reich. Este último era autor de um dos maiores *best-sellers* sobre a contracultura, *The Greening of America* (Reich, 1970), e também ativista do movimento LGBT. E o primeiro era não apenas um acadêmico marxista reconhecido no mundo todo, como também professor e orientador de diversas lideranças políticas, como a ativista Naomi Jaffe, que seria uma liderança do grupo *Wheater Underground*¹¹, e a própria Angela Davis, ícone do movimento negro e feminista, cuja carreira acadêmica universitária seria permanentemente boicotada pela direita¹².

Mapeando os aliados: referências intelectuais

Na batalha das ideias, Powell já tinha seus próprios mentores. Em seu memorando, mencionava, de alguma forma, pelo menos três importantes nomes: Milton Friedman (1912-2006), William Buckley Jr. (1925-2008) e Arthur A. Shenfield (1909-1990). O memorando cita diretamente um trecho do comentário de Friedman ao texto de Shenfield, escrito com base em uma palestra do último no Rockford College em 1970. A concorrência como pilar da sociedade, comum a Friedman, a Shenfield e a todo o pensa-

mento neoliberal (Dardot & Laval, 2016), aparece claramente no final do texto de Powell.

Milton Friedman, àquela altura já bem conhecido como economista da Universidade de Chicago, é certamente a mais conhecida das referências intelectuais de Powell presentes no memorando. Um dos participantes da reunião que fundou a Sociedade de Mont Pelerin em 1947, ao lado de nomes como Friedrich Von Hayek, Karl Popper e Ludwig Von Mises, em 1962 já tinha publicado seu livro mais famoso, *Capitalismo e Liberdade*. Desde os anos 1950, foi ativo colaborador de *think-tanks* neoliberais como a Foundation for Economic Education, o Institute of Economic Affairs e a Hoover Institution, e em 1964 trabalhou como assessor para assuntos econômicos do candidato republicano Barry Goldwater, assumindo-se como intelectual “engajado”.

Arthur A. Shenfield, o autor da palestra comentada por Friedman, era um dos líderes do “libertarianismo” na Inglaterra, tendo feito parte do grupo de “libertarianos” ingleses, que disputava politicamente dentro do Partido Liberal, e chegou a ser um dos candidatos do partido a um assento no Parlamento nas eleições gerais de 1945. Desde 1955, no entanto, ele já tinha se afastado do partido para se dedicar a suas atividades na *Federation*

¹¹ Grupo formado por membros da *Students for a Democratic Society* que enveredaram pela construção de um partido revolucionário clandestino e armado, tendo realizado diversas ações espetaculares em bancos e órgãos governamentais entre 1969 e 1973.

¹² Ver depoimento de Davis no documentário *Free Angela and all political prisoners*. Dir. Shaola Lynch, 2012.

of *British Industries*, uma das mais tradicionais entidades patronais da Grã-Bretanha¹³.

O texto de Shenfield elogiado por Friedman e citado por Powell, “A guerra ideológica contra a sociedade ocidental”, de 1970, é uma verdadeira pérola do anticomunismo “libertariano” (Shenfield, 1970)¹⁴. Segundo seu autor, a guerra ideológica então em curso seria diferente da velha guerra contra o comunismo, pois agora seus agentes seriam não apenas os inimigos declarados do capitalismo, mas indivíduos que, embora estivessem propondo a destruição da sociedade, não buscavam deliberadamente a alternativa comunista.

Shenfield afirmava que os mais poderosos e assíduos “grupos de interesse” eram não as grandes empresas, mas os “sindicatos” e os “grupos raciais minoritários”, e negava que a economia americana fosse dominada por um punhado de grandes grupos econômicos (Shenfield, 1970, p. 161). Ao mesmo tempo, dizia que as campanhas de denúncia da ditadura dos coronéis na Grécia, das ditaduras franquista e salazarista, da ditadura da

Rodésia e do *apartheid* da África do Sul existiam não por conta da crueldade desses regimes, mas pelo fato de eles fazerem parte da “sociedade ocidental”. O regime dos coronéis é entendido como uma reação do “tradicional autoritarismo” grego diante da “instabilidade da democracia” na Grécia, e o princípio do *apartheid* não seria “nem desonroso e nem, no sentido ruim, racista”, e só passaria a sê-lo se seus adeptos não reconhecessem que ele era “impraticável” (Shenfield, 1970, pp. 168-169)¹⁵.

Os “inimigos da sociedade ocidental” teriam prazer em explorar nos povos brancos europeus a “culpa do colonialismo”, e não reconheceriam que, em sua fase final, o colonialismo teria sido “benéfico para os povos colonizados”. Essa culpa pelo passado colonial impediria as sociedades ocidentais de verem que a delinquência e a pobreza não eram “problemas sociais” de uma “sociedade doente”, como a esquerda dizia, e sim, basicamente, uma questão de “responsabilidade individual”. Da mesma maneira, os países ricos não deveriam ser “responsabilizados” pela sorte econômica

¹³ Amigos e admiradores de F. Von Hayek, Shenfield e sua esposa Barbara, também escritora e ex-candidata do Partido Liberal, também foram membros da *Mont Pelerin*.

¹⁴ A revista que publicou o artigo, *Modern Age*, era uma publicação do já mencionado *Intercollegiate Studies Institute*.

¹⁵ Ainda sobre o regime sul-africano, Shenfield teceu afirmações como: “A limitação das franquias nas circunstâncias sul-africanas não somente não é errada; ela é positivamente desejável no interesse de todas as raças [...] Na África do Sul [o princípio do] “um homem, um voto” significaria desastre para todos. [...] A África do Sul oferece aos negros africanos o melhor padrão de vida, as melhores oportunidades educacionais, e com a Rodésia e Portugal a melhor segurança em todo o continente africano. A imagem da África do Sul como um inferno na terra para os não-brancos é ridiculamente fora de propósito [...] Um ótimo Judiciário e uma advocacia de primeira linha que tentam manter o império da lei no melhor estilo britânico [...] uma imprensa liberal e responsável de alta qualidade” (Shenfield, 1970, pp.168-169).

dos países pobres. Segundo Shenfield, o tão denunciado “imperialismo” era, na verdade, a “defesa legítima do capital investido fora do país” (Shenfield, 1970, p. 172).

Shenfield não é o único “libertariano” que Powell cita. Jeffrey St John, comumente chamado de conservador, mas autointitulado “libertariano”, é o autor do artigo “Memorando à GM: por que não contra-atacar?”, publicado no *Wall Street Journal* em maio de 1971. Ao longo dos anos 1960, St John narrou e escreveu diversos programas de rádio, e no início dos anos 1970 tornou-se comentarista na CBS com um programa diário chamado “Spectrum”¹⁶.

Outra referência digna de nota é William Buckley Jr., intelectual conservador atuante desde os anos 1950, que, compartilhando a ideia de que a sociedade americana estava em risco, defendeu o senador Joseph McCarthy mesmo após seu declínio político (Bianchi, 2015, pp. 253-254). Powell cita uma coluna de William Buckley Jr. no *Richmond News Leader*, um dos mais tradicionais jornais conservadores do Sul, para falar de outro William: o advogado ativista William Kunstler (1919-1995), outro de seus alvos prioritários.

Kunstler advogou para os Pantegras Negras, para o movimento indígena americano e para o grupo *Weather Underground*, entre outros. E aqui encontramos outra importante especificidade de nossa fonte: a experiência

de Powell como advogado corporativo, e o lugar que ele ocuparia no sistema de justiça americano.

Teatro de operações: batalhas judiciais

No relatório *Justice for Sale*, a ONG Alliance for Justice analisava em detalhe as estratégias adotadas pelas grandes empresas americanas para influenciar, pressionar e literalmente comprar decisões judiciais de alta importância. Em sua pesquisa sobre os *think-tanks* voltados para algum tipo de atuação sobre o Judiciário, as fundações legais e outros grupos de “doutrinação” neoliberal/neocon na área do Direito, como a Federalist Society, o relatório mostrava a ação organizada desses grupos dentro das universidades, das firmas de advocacia e das Cortes.

Ao rastrear o *boom* da criação de fundações legais no início dos anos 1970, o relatório também sugeria uma ligação direta entre o memorando de Powell e a recomendação pela Câmara de Comércio da Califórnia, estado então governado por Ronald Reagan, para a criação de uma organização não-lucrativa que defendesse, nas Cortes, as mudanças nas políticas públicas em áreas que afetavam os interesses privados (Alliance for Justice, 1993, p.11). Uma organização com este exato perfil foi criada em março de 1973, com o nome de Pacific Legal Foundation (PLF), e se destacaria por

¹⁶ Em 1966, tentou a carreira política no pequeno Partido Conservador, mas não se elegeu.

seu movimento pelos “direitos de propriedade” ambientais, e contra a regulação estatal nessa seara¹⁷. Em seu *site* na internet, a PLF se define como uma “organização legal de interesse público”, criada por um assessor de Ronald Reagan em seu mandato como governador, no qual se combateram as chamadas “organizações de interesses especiais” e se fomentaram as ditas “organizações de interesse público”.

A profusão de associações jurídicas *pro-business* vinha para se contrapor diretamente aos grupos de advogados ativistas reunidos em associações como a American Civil Liberties Union (ACLU) e a Law Center for Constitutional Rights (CCR), esta última diretamente citada no documento de Powell. Mas, fundamentalmente, vinha para lançar uma ofensiva judicial a favor do poder político do capital.

Como mencionamos anteriormente, uma das mais importantes iniciativas da própria Câmara de Comércio após o memorando foi a criação, em 1977, de sua própria entidade especializada em “combate legal”. As corporações da Câmara de Comércio investiriam milhões de dólares no National Chamber Litigation Center. Em um relatório daquele mesmo ano, a entidade instava a derrubada de leis

que limitavam o investimento político em eleições e referendos, com o argumento de que as corporações ajudam a “manter a liberdade do povo”, pensamento bastante condizente com o que dizia Powell quando afirmava que a liberdade individual estava em jogo quando a liberdade das empresas era atacada. Em 2012, a National Chamber Litigation Center celebrou os trinta anos de seu ativismo judicial em prol das corporações, creditando explicitamente ao memorando de Powell a criação da entidade – que todos os anos premia o “melhor advogado corporativo” com o “prêmio Lewis Powell”¹⁸.

No ano seguinte da criação do órgão, e sete anos após o memorando Powell, uma grande vitória para as corporações veio da Suprema Corte, com a derrubada de uma lei estadual de Massachussets no famoso caso *First National Bank vs. Bellotti*. A lei estadual que foi invalidada limitava a quantia que as empresas podiam investir em referendos populares sobre qualquer assunto público. Powell foi o relator do voto majoritário no caso, que foi desempatado por apenas um voto.

Esse julgamento remete a um longo histórico de ativismo corporativo no Judiciário, que remonta pelo menos ao século XIX, quando a 14^a

¹⁷ Além da Pacific Legal Foundation, seriam fundadas a *Mid-Atlantic Legal Foundation*; *Mid-American Legal Foundation*; *Washington Legal Foundation*; *National League Center for the Public Interest*, entre dezenas de outras com perfis e propósitos similares.

¹⁸ “Foi por causa desse memorando de 1971 que esta organização foi fundada para defender os interesses dos empresários americanos perante o Judiciário”, afirmava a nota de comemoração da Câmara. UNITED STATES CHAMBER OF COMMERCE. Chamber’s Litigation Center celebrates 30th anniversary. 2012. Disponível em <<https://www.uschamber.com/press-release/chambers-litigation-center-celebrates-30th-anniversary>>.

emenda à Constituição Americana, criada após a Guerra Civil (1861-1865) com o objetivo de proteger os recém-libertos da escravidão, foi utilizada pelas corporações para se tornarem “pessoas jurídicas” e impedir seus acionistas de responderem pessoalmente a qualquer processo judicial. Na emenda, estava escrito que nenhum Estado podia tirar de nenhum cidadão “a vida, a liberdade, ou a propriedade” sem estar amparado em um processo legal. Aproveitando-se dessa brecha, as corporações, inicialmente sociedades anônimas cujos acionistas poderiam ser pessoalmente processados, foram aos tribunais exigir o mesmo direito, que de fato seria sancionado pela Suprema Corte em 1886¹⁹. Não por acaso, o lema da *Pacific Legal Foundation* e de outras fundações legais similares é a “defesa da vida, da liberdade e da propriedade”.

Com a decisão de 1978, a teoria de que a “liberdade de expressão” das corporações estaria protegida pela Primeira Emenda embasou juridicamente uma avalanche de retrocessos legais em questões ambientais, de saúde pública e regulação financeira, e constituiu o precedente jurídico para a decisão do caso *Citizens United vs. FEC* em 2010, que mencionamos no início desta Introdução.

É interessante notar, por fim, que em sua atuação na Suprema Corte, Powell frequentemente se posicio-

nou favoravelmente às pautas das chamadas “minorias”, tendo sido, por exemplo, favorável ao aborto – com a justificativa de que o “corpo é uma propriedade”, e coerente com ela, contra a assistência por parte do sistema de saúde pública à mulher (e na verdade, contra a saúde pública de maneira geral). Na questão dos direitos civis para os negros, desde cedo ele se posicionou a favor desses direitos e mesmo de ações afirmativas – bem como Milton Friedman, que sempre se afirmava contra a segregação nas escolas, propondo, em contrapartida, a instituição do “cheque escola” (projeto que, em seu argumento, possibilitaria à família a “liberdade de escolha” no quesito escolar). Apenas dois casos fogem à regra: quando Powell votou a favor das leis anti-homossexuais da Geórgia e quando negou um pedido segundo o qual a pena de morte recaía basicamente sobre os negros. Anos mais tarde, ele diria que se arrependera dessas duas decisões.

Entretanto, em todos os casos que diziam respeito ao mercado e ao Estado capitalista, Powell era intransigente: tal foi a descoberta do ex-agente da CIA Frank Snepp quando, graças à atuação do ex-advogado corporativo, a Suprema Corte ratificou a decisão de um juiz que simplesmente o proibira de escrever qualquer coisa sobre a agência pelo resto de sua vida (Snepp, 1999). Em suma, o membro da Supre-

¹⁹ É bastante conhecida também a batalha de Roosevelt com o órgão, que em 1937 ameaçou a invalidação de um conjunto de leis do *New Deal*. Entre os anos 1950 e 1970, graças às nomeações feitas por Roosevelt, a Corte tomou um rumo mais progressista, principalmente na questão dos direitos civis dos negros, com a decisão que, em 1954, aboliu a segregação nas escolas.

ma Corte, longe de esquecer o que escreveu, portou-se de maneira condizente com as ideias presentes em seu memorando, e sua trajetória apenas pode ser apresentada como “moderada” pelo desconhecimento ou omissão deliberada da ideologia que norteou sua atuação jurídica²⁰.

Realinhamento na cúpula

Se as decisões judiciais *pro-business* que Powell influenciou são bastante nítidas, menos rastreável, embora perceptível, foi o seu efeito sobre os empresários de maneira mais ampla. Existem fortes indícios de que a circulação do memorando foi um considerável estímulo à ação política de classe entre os grandes empresários. De acordo com os jornalistas econômicos John Micklethwait (*Bloomberg*) e Adrian Wooldridge (*Economist*), o magnata da cerveja Joseph Coors, embora já contribuísse com a Analysis and Research Association, um dos embriões da Heritage Foundation, fundada em 1973, teria ficado “bastante impressionado” com o memorando de Powell (Micklethwait & Wooldridge, 2004)²¹. Também o jornalista John B. Judis (*The New Republic*; *The American Prospect*) dá crédito a Powell pelo convencimento de diversos empresários a serem politicamente mais ativos

(Judis, 2000). Alguns dos mais argutos intérpretes do capitalismo contemporâneo, como David Harvey, atribuíram importância ao memorando de Powell na reorganização da ação de classe burguesa e na construção de convencimento acerca do neoliberalismo (Harvey, 2008, pp. 63-64).

Gramscianamente, podemos dizer que Powell foi um intelectual orgânico que atuou no avanço da consciência econômico-corporativa e da solidariedade de interesses para uma consciência de classe propriamente política, fomentando aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil e chegando a operar no Estado em sentido estrito, dentro de numa instituição fundamental do mesmo.

Não chega a causar nenhum espanto para o leitor marxista o fato de que os capitalistas defendam seus interesses, ou que o Estado tenha um caráter de classe. E também é evidente que a avalanche neoliberal das últimas décadas não pode ser creditada a algum tipo de “talento” especial para organização da ação política das classes dominantes. Para explicá-la de maneira minimamente cuidadosa, é *mister* levar em conta numerosas questões, como a própria derrota de 1968, a desorganização do movimento operário, a reestruturação produtiva e sua deslocação geográfica, a preponderância

²⁰ Um exemplo claro desse tipo de apresentação laudatória, segundo a qual o juiz teria sabido “separar a ideologia da Constituição” pode ser encontrado em seu obituário no *Washington Post*: Biskupic, Joan & Barbash, Fred. “Retired Justice Lewis Powell dies at 90”. *Washington Post*, 26 de agosto de 1998. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-rv/national/longterm/supcourt/stories/powell082698.htm>>.

²¹ A Heritage Foundation, ligada ao Partido Republicano, é considerada uma das mais ricas e mais poderosas de todas as entidades conservadoras nos Estados Unidos.

do capital portador de juros e do capital fictício, entre tantos outros fatores. Entretanto, não é difícil encontrar evidências para sustentar a afirmação de Harvey segundo a qual “durante a década de 1970, o braço político do setor corporativo norte-americano promoveu uma das mais bem elaboradas campanhas de busca de poder na história recente” (Harvey, 2008, p. 63). O memorando Powell é uma pequena pista sobre esse movimento mais amplo de reorganização.

Já no início dos anos 1970, seminários de formação de “consciência de classe” capitalista, como aqueles oferecidos pelo *Hudson Institute*, do qual era membro Milton Friedman, começaram a sistematicamente organizar as fileiras empresariais. No mesmo ano do memorando do juiz Powell, era fundada a *Business Roundtable*, organização que surge para reunir apenas CEOs rigorosamente comprometidos com a busca ativa de poder político para as corporações. As corporações envolvidas na *Business Roundtable* equivaliam a cerca de metade do PIB dos EUA e despendiam perto de 900 milhões de dólares por ano em questões políticas²².

Mais ou menos no mesmo período, de princípios até meados da dé-

cada de 1970, foram fundadas ou revitalizadas diversas outras entidades, como a *Cato*, o *Center for the Study of American Business*, a *Olin*, o *Smith Richardson*, e a *Scaife*, que financiou a versão televisada do livro de Milton Friedman *Free to choose* [Livre para escolher]²³. De acordo com os dados de David Vogel, o número de corporações com escritórios de relações públicas em Washington aumentou de 100, em 1968, para mais de 500, em 1978; e de apenas 175 lobistas registrados em 1971, em 1982 havia 2.500. O número de *Political Action Committees* organizados por corporações foi de menos de 300, em 1976, a 1.200, em meados dos anos 1980 (Vogel, 1989, pp. 195-198)²⁴.

Em todas as áreas sugeridas por Powell como centrais, houve a criação de organizações para atuação. Nas universidades, por exemplo, além do fomento aos próprios quadros acadêmicos, seria criado, nos anos 1980, o *Accuracy in Academia*, que diz ter como objetivo lutar contra “o uso da sala de aula e/ou dos recursos da universidade para doutrinar os estudantes”, mas que, aparentemente, tem como finalidade básica infernizar a vida dos professores de esquerda²⁵.

Em associação com a *NAM*, que sintomaticamente mudou sua sede de

²² Fundada em 1972, a *Business Roundtable* dizia ter como objetivo “melhorar a cooperação e diminuir os antagonismos entre os *policy-makers* e a comunidade dos negócios, promover uma economia mais saudável nos EUA e reduzir a intrusão injustificada do governo em questões de negócios e melhor servir o interesse público”. Não há evidência de que tenha sido criada por influência do *memorandum*, embora este se refira à criação de uma entidade com este perfil.

²³ A bibliografia sobre o tema dos think-tanks neoliberais e neoconservadores é imensa. Duas referências importantes são: Krehely, House & Kernan, 2004; e Steadman Jones, 2012.

²⁴ Os *Political Action Committees* são o formato legal pelo qual são formados os grupos para arrecadar fundos e contribuir para campanhas de candidatos no período eleitoral.

²⁵ Ver a descrição completa dos objetivos no site: <<https://www.academia.org/about-aia/>>.

Nova York para Washington em 1972, a Câmara de Comércio pós-memorando reuniu um conjunto de recursos enorme para promover pesquisas e fazer *lobby* junto ao Congresso (Harvey, 2008, pp. 52-53). O financiamento empresarial dos dois grandes partidos americanos aumentou significativamente a partir desse período.

A reorganização da ação política de classe foi internacional, como evidencia a criação da Trilateral Commission, em 1973, reunindo grandes empresários, burocratas de Estado e políticos dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Noam Chomsky compara o memorando Powell com o mais conhecido relatório da Comissão: *Crisis of Democracy*, elaborado por Samuel Huntington, Michel Crozier e Joji Watanuki em 1975 – outro importante documento do contra-ataque ideológico dos anos 1970 (Crozier, Huntington & Watanuki, 1975). Segundo Chomsky, ambos os documentos estariam em lados diferentes do mesmo espectro político, estando o segundo mais próximo do cosmopolitismo liberal (Chomsky, 2013).

Por fim, vale também destacar que a expansão das atividades desses

diversos aparelhos ultrapassou em muito as fronteiras americanas. No caso específico da Câmara de Comércio, não apenas com o estabelecimento de dezenas de AMCHAMs (American Chambers) ao redor do mundo, mas, por exemplo, com a fundação, em 1983, do Center for International Private Enterprise, com o alegado objetivo de “promover reformas democráticas e orientadas para o mercado em países em desenvolvimento”. O CIPE atua em dezenas de países pelo mundo, entre eles o Brasil, onde, nos anos 1990, desenvolveu junto ao Instituto Liberal do Rio de Janeiro diversas atividades com o propósito de influenciar o Congresso para as políticas pró-mercado²⁶.

Em suma, o memorando Powell fala sobre o papel da estratégia na luta de classes; sobre consciência e organização da ação política das classes dominantes; e sobre o pensamento que vem galopando enorme terreno social no mundo todo nas últimas décadas, embasando um conjunto de contrar-reformas que abolem direitos sociais e maximizam o poder do capital, retirando todo tipo de anteparo à voracidade de sua autovalorização.

Referências bibliográficas

ALLIANCE FOR JUSTICE. *Justice for Sale*. 1993. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/usa/wp-content/uploads/legacy/Global/usa/planet3/PDFs/Justice%20for%20Sale%201993.pdf>>.

²⁶ Conforme consta no relatório “Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America”, o IL contou com o auxílio material e organizacional do CIPE, por meio do programa de Assessoria Legislativa, de 1990 a 1993. Ver Casimiro, 2011. O relatório do CIPE está disponível em: <http://www.cipe.org/sites/default/files/publication-docs/laplac_evaluation.pdf>.

- BIANCHI, Alvaro. "Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos." In: VELASCO E CRUZ, S., KAYSEL, A. & CODAS, G. (org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- CASIMIRO, F. H. C. *A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil: a ação pedagógica do Instituto Liberal (1983-1998)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del Rey, 2011.
- CHOMSKY, Noam. "The corporate assault on public education", *Alternet*, 8 de março de 2013. Disponível em <<http://www.alternet.org/education/chomsky-corporate-assault-public-education>>.
- CLEMENT, Jeffrey. *Corporations are not people*. Reclaiming democracy from big money and global corporations. San Francisco, CA: Berret-Koehler Publishers, 2014.
- COVINGTON, Sally. *Moving a public policy agenda: the strategic philanthropy of conservative foundations*. National Committee for Responsive Philanthropy, 1996.
- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P. & WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMHOFF, G. William. *The higher circles*. Governing class in America. New York: Vintage Books, 1970.
- HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- JAMESON, Frederic. "Periodizando os anos 60." In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JUDIS, John D. *The paradox of American democracy*. Elites, special interests and the betrayal of public trust. New York: Pantheon Books, 2000.
- KREHELY, J.; HOUSE, M. & KERNAN, E. *Axis of ideology: conservative foundations and public policy*. Washington D. C.: NCRP, 2004.
- MICKLETHWAIT, John & WOOLDRIDGE, Adrian. *The Right Nation*. Conservative Power in America. Penguin Books, 2004.
- MULLER, Ronald & BARNET, Richard. *Poder global*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974.
- POGGI, Tatiana. *Faces do Extremo*. O neofascismo nos EUA (1970-2010). Curitiba: Prismas, 2015.
- PURDY, Sean. "O século americano" In: KARNAL, Leandro, et alli. *História dos Estados Unidos*. Das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- REICH, Charles. *The Greening of America*. How the Youth Revolution is Trying to Make America Livable. New York: Random House, 1970.

SCHMITT, Mark. “The legend of the Powell Memo”, *The American Prospect*. 27 de abril de 2005. Disponível em: <<http://prospect.org/article/legend-powell-memo>>.

SHENFIELD, Arthur A. “The ideological war against western society”, *Modern age*, pp. 158-173, primavera de 1970.

SNEPP, Frank. *Irreparable harm: a firsthand account of how one agent took on the CIA in an epic battle over secrecy and free speech*. New York: Random House, 1999.

STEDMAN JONES, Daniel. *Masters of universe: Hayek, Friedman, and the birth of neoliberal politics*. New Jersey: Princeton University Press, 2012.

VOGEL, David. *Fluctuating fortunes: the political power of business in America*. New York: Basic Books, 1989.

Recebido em 23 de dezembro de 2016

Aprovado em 5 de janeiro de 2017.